



2º Congresso histórico
de Guimarães

Actas do congresso
volume 3

D. Afonso
Henriques na
história e na arte

**A profecia que nos deu pátria:
o milagre de Ourique na cultura portuguesa (séculos XV-XVIII)**

Ana Isabel Buescu

A profecia que nos deu pátria:

o milagre de Ourique na cultura portuguesa (séculos XV-XVIII)

O episódio da aparição de Cristo a Afonso Henriques na véspera da batalha de Ourique tem, também ele, uma história. O percurso da formação da lenda, cujo itinerário podemos hoje seguir com certa segurança¹, revela o processo que, nas suas hesitações e estratégias, levará à sua fixação como verdadeiro mito das origens.

Em primeiro lugar, reportemo-nos aos textos, já que se trata de um mito cuja elaboração provém, fundamentalmente, da escrita. Situando-nos no século XVI, podemos dizer que a versão do episódio que consta da *Crónica d'El-Rei D.Afonso Henriques* de Duarte Galvão (1505) traduz uma clara maturidade na evolução da tradição de Ourique, mais tarde amplificada e consagrada pela historiografia alcobacense, nomeadamente com a *Cronica de Cister* (1602) de Frei Bernardo de Brito, e a Parte III da *Monarquia Lusitana* de Frei António Brandão (1632).

Vejamos os passos principais da narrativa de Galvão. Na tarde da véspera da batalha contra os exércitos de Ismar e de quatro outros reis mouros em Ourique, a sul do Tejo, e após ter incitado os seus soldados que não acreditavam na vitória em virtude da esmagadora superioridade do adversário (cap.XIV), o príncipe Afonso recebeu na sua tenda a visita de um ermitão. Através dele, Cristo prometia-lhe a vitória sobre os infiéis e o seu aparecimento na cruz. O sinal dessa visão seria a campainha da pequena capela do ermitão. O príncipe orou então a Deus e à Virgem, e adormeceu. Na manhã seguinte, ao ouvir a campainha, saiu da tenda e teve a visão de Cristo na cruz, tal como lhe fora predito pelo ermitão (cap.XV). "[...] *çertificado per Deus de sempre Portugall aver de seer conseruado em rregno*"², o príncipe foi de imediato aclamado rei pelos seus soldados, cumprindo-se então a dupla promessa divina - a vitória contra os mouros e a fundação do reino. Esta, em síntese, a narrativa da *Crónica* de 1505. Desconhecia-se, no entanto, onde o cronista recolhera as suas informações, já que duas das três únicas referências ao milagre conhecidas, e anteriores à *Crónica* de Galvão eram, em termos da sua fixação futura, bastante incipientes.

A primeira é a da *Segunda Chronica Breve de Santa Cruz de Coimbra* (1451). Trata-se de um curto e singelo texto em que avulta a relação entre a aparição de Cristo a Afonso Henriques e a composição das armas portuguesas, relação que viria a fazer parte integrante da lenda de Ourique³.

1 A. de Magalhães Basto, "Introdução" in Frei António Brandão, *Crónica de D.Afonso Henriques*, Porto, 1945, pp.IX-LXIV; Luís Filipe Lindley Cintra, "Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)", *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XXIII, 3ª série, 1, Lisboa, 1957, pp.168-215; Aires Augusto Nascimento, "O milagre de Ourique num texto latino-medieval de 1416", *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 4ª série, 2, Lisboa, 1978, pp.365-374.

2 Duarte Galvão, *Crónica de El-Rei D.Afonso Henriques*, cap. XV, Apresentação de José Mattoso, Lisboa, IN-CM, 1986, pp.58-59.

3 "E assy pellegou e uenceo cinco rex mouros no campo dourique omde lhe apareceo noso Senhor ihesu christo posto em a cruz. Por cuya e semelhança do diuinal misteryo pos em seu escudo as armas que ora trazem os Reys de portuga". Este texto foi publicado por Herculano em 1856 nos *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, I, p.25.

A segunda dessas referências é da autoria de Olivier de La Marche (1426-1502), nobre borgonhês das cortes de Filipe o Bom e Carlos o Temerário, na introdução às suas *Mémoires touchant les souveraines maisons pour la plupart d’Autriche, Bourgogne et France*, iniciadas em 1491. Ao debruçar-se sobre a origem das armas portuguesas, Olivier de La Marche faz uma breve referência à aparição. O carácter impreciso de que se reveste é provavelmente devido ao facto de na sua origem estar uma informação oral de histórias que circulavam na elite da corte da Borgonha, onde era então importante a presença portuguesa⁴. Recorde-se que a mãe de Carlos o Temerário era D.Isabel (1397-1473), filha de D.João I. O sincretismo da informação de La Marche é patente na confusão que estabelece entre o rei da batalha de Ourique, o da aparição de Cristo e ainda o do famoso episódio do bispo negro, referindo-se-lhe como se de três monarcas se tratasse⁵.

Finalmente, a terceira⁶ referência ao milagre consta de uma narrativa já mais elaborada, que faz parte da *Oração de Obediência* (1485) de Vasco Fernandes de Lucena, embaixador de D.João II ao papa Inocêncio VIII, relato em que é já evidente, ao contrário dos dois textos anteriores, uma notória estruturação da lenda e a presença de elementos fundamentais à sua ulterior fixação. Após uma circunstanciada referência à batalha, e à relação entre as cinco chagas de Cristo e a composição das armas nacionais, Lucena refere a aparição promissória de Cristo⁷.

⁴ V. Danielle Gallet-Guerne, *Vasque de Lucène et la Cyropédie à la cour de Bourgogne (1470). Le traité de Xénophon mis en français d’après la version latine du Pogge*, Genève, Droz, 1974, especialmente pp.3-21.

⁵ V. Luís Filipe Lindley Cintra, *op.cit.*, p.170, nota 4.

⁶ Se bem que cronologicamente anterior às *Mémoires* de La Marche, referimo-la em último lugar por se tratar do texto mais elaborado e que suscita um conjunto de considerações importantes no que respeita à fixação da lenda. V. *infra*, nota seguinte.

⁷ “Afonso, antes de dar sinal aos soldados, estando ajoelhado a orar, viu o Salvador pendente da cruz; era tal a confiança do ânimo real, tal a fé gravada no seu coração, que, longe de perturbar-se com tão estupendo milagre, ousou dizer estas palavras: que não era ao homem que crê firmemente que Jesus devia mostrar-se, mas aos herejes e apartados dessa fé ou a ela contrários é que era preciso que se mostrasse daquela forma”. Valasci Ferdinandi utriusque juris consulti, *Illustrissimi Regis Portugalliae oratoris, ad Innocentium VIII, pontificem maximum de obedientia oratio*, publicada em fac-símile, com tradução e leitura actualizada de Basílio de Vasconcelos, in A. Fontoura da Costa, *As portas da Índia em 1484*, Lisboa, Imprensa da Armada, 1935. Esta oração foi mais recentemente publicada também em edição fac-similada, com nota bibliográfica de Martim de Albuquerque e tradução portuguesa de Miguel Pinto de Menezes, em conjunto com as outras orações de obediência proferidas entre os séculos XV e XVII, sob o título de *Orações de obediência. Séculos XV a XVII*, vol.3, Lisboa, Edições Inapa, 1988. No seu trabalho já citado (v. *supra*, nota 1), Lindley Cintra ignora a narração circunstanciada do milagre na *Oração de obediência* de Vasco Fernandes de Lucena, considerando assim que o mais antigo relato pormenorizado antes do aparecimento da *Crónica de 1419* teria sido o da *Crónica d’El Rei D.Afonso Henriques* de Duarte Galvão, de 1505. Sobre a possível origem deste equívoco, vide Martim de Albuquerque, *A Consciência Nacional Portuguesa. Ensaio de História das Ideias Políticas*, I, Lisboa, 1974, p.343, e Ana Isabel Buescu, *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica oitocentista*, Lisboa, INIC, 1987, pp.78-79. Aliás, a necessidade de ter em conta a narrativa constante da *Oração de obediência* de Lucena para seguir a evolução do episódio da aparição é patente no que diz respeito a um dos pontos mais interessantes e tutelares da lenda de Ourique: as palavras que Afonso Henriques dirige a Cristo no momento da aparição. Estas palavras surgem, com bastante relevo, na *Crónica* de Galvão: “Senhor, aos hereges, aos hereges faz mester appareçeres, ca eu sem nenhũa duuyda creio e espero em ti firmemente” (*Crónica de El-Rei D.Afonso Henriques*, cap. XV, Lisboa, IN-CM, 1986,p.58). A partir de Galvão, elas irão integrar definitivamente a narrativa do milagre, surgindo, num discurso muito próximo do de Galvão, em *Os Lusíadas*: “Aos inliéis, Senhor, aos inliéis / E não a mi, que creio o que podeis” (*Os Lusíadas*, III, 45). Tais palavras serão definitivamente consagradas, e acrescentadas com a resposta de Cristo, no “juramento” de Afonso Henriques: “A que lim me appareis Senhor? Quereis por ventura acrecentar fe a quem tem tanta? Melhor é por certo que vos veção os inimigos, & creão em vos, que eu; que desde a fonte do Baptismo vos conheci por Deos verdadeiro, filho da Virgem, & do Padre Eterno, & assi vos conheço agora [...]”. O Senhor com hum tom de voz suave, que minhas orelhas indignas ouvirão, me disse. Não te apareci deste modo para acrecentar tua fé, mas para fortalecer teu coração neste conflito, & fundar os principios do teu Reyno sobre pedra firme”. Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, III Parte (1632), Livro X, cap.V, fol.128v. As palavras de Afonso Henriques não constam, no entanto, da *Crónica de 1419*, considerada a fonte directa de Duarte Galvão (v. *infra*, nota seguinte). Antes da *Crónica* de 1505, elas só aparecem na *Oração* de Lucena (1485); quer isto dizer, segundo nos é dado concluir, que para a constituição da narrativa do milagre de Ourique na *Crónica* de Galvão concorreram outros elementos para além dos recolhidos no texto de 1419: é claramente o caso das palavras do primeiro rei, que Galvão recolhe da *Oração* de Lucena, ou de uma fonte comum que desconhecemos.

A fonte da *Crónica* de Galvão - que Lindley Cintra considera ser a fonte directa - só viria a ser determinada com a descoberta, nos anos quarenta deste século, da *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, ou *Crónica de 1914*, provavelmente da autoria de Fernão Lopes⁸. Já depois da descoberta desta crónica foi revelado por Aires Augusto Nascimento um texto latino-medieval de 1416, intitulado *De Ministerio Armorum*, em que existe um pequeno relato do milagre, que privilegia também a constituição das armas nacionais⁹. É esta, segundo os dados mais recentes, a referência mais antiga ao milagre de Ourique.

O século XV representa um momento fundamental no que respeita à formação da lenda, não só porque todos os textos da "genealogia" do milagre, até agora conhecidos, datam deste século, como num deles, a *Crónica de 1419*, estão patentes os elementos mais significativos para o ulterior desenvolvimento do episódio, retomados, logo no início do século XVI, por Duarte Galvão. Antes do século XV as crónicas que se referem a Ourique veiculam apenas a dimensão militar da batalha, sem qualquer referência à intervenção do sobrenatural. É portanto a partir do século XV que o milagre de Ourique passará a ser associado ao momento da fundação da nacionalidade, conferindo-lhe a legitimação do sagrado que será decisiva para a sua apropriação pelo discurso político, histórico e historiográfico.

O relevo que a narrativa da aparição de Cristo a Afonso Henriques antes da batalha de Ourique assume na *Oração de obediência* de Vasco Fernandes de Lucena, até pelas características oficiais de que esta se reveste - Lucena profere-a como enviado do monarca português, D.João II, ao papa Inocêncio VIII - anuncia e prefigura a importância que o episódio terá a partir do século XVI, no quadro de um discurso ideológico empenhado na constituição de uma memória nacional. É aliás no século XVI que a progressiva tomada de consciência nacional - ao nível das elites dirigentes, entenda-se - se orienta para a procura das origens, esgotada que está, como observa Claude-Gilbert Dubois¹⁰, a "euforia" do universalismo humanista, facto em que de resto Portugal acompanha uma tendência presente noutros países europeus. Ainda segundo Dubois, é no quadro da emergência dos nacionalismos que essa orientação ideológica deve ser integrada¹¹. No caso português, esta preocupação conduz, por um lado, à progressiva importância e incorporação histórica do mito dos Lusitanos, onde é clara a procura das origens e, simultaneamente, a presença erudita da referência clássica; e, por outro, à fundação do reino e à sacralização das origens com o aparelho lendário de Ourique e a progressiva mitificação do herói fundador.

A configuração do duplo episódio - militar e sobrenatural - como momento da fundação e a sua incorporação na memória "oficial" do reino, decisivamente instaurada a partir do século XVI, encontra um outro desenvolvimento também

⁸ Desta *Crónica*, que vários estudiosos tendem a atribuir a Fernão Lopes, foram descobertos e publicados dois códices: o códice 886 da Biblioteca Municipal do Porto, por A. de Magalhães Basto, sob o título de *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, em 1845, e o códice 965 da Casa Cadaval, publicado em 1952-1953, na íntegra, por Carlos da Silva Tarouca, sob o título de *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*. Reportando-nos à polémica oitocentista sobre a aparição, a existência de uma crónica perdida de Fernão Lopes sobre a qual Duarte Galvão teria composto a sua crónica é largamente invocada, contra Herculano, pelos defensores do milagre. O P. António Pereira de Figueiredo, um dos autores mais citados pelos adversários de Herculano, na nota VIII "Sobre a aparição de Cristo a El Rei D.Afonso antes da Batalha", dos seus *Elogios dos Reis de Portugal, em Latim, e em Portuguez, illustrados de Notas Historicas e Criticas* (1785), afirma: "[...] esta Chronica de Duarte Galvão não he outra cousa mais, do que huma Compilação da outra, que alguns cem annos antes em tempo d'El Rei D.Duarte tinha composto Fernão Lopes, Chronista Mór do mesmo Rei, e Guarda Mór da Torre do Tombo", p.293. O aparecimento da *Crónica de 1419* vem, pois, entre outros factos, demonstrar que a tradição da sua existência, insistentemente invocada pelos defensores do milagre - embora, evidentemente, com intuitos bem específicos - se revela, afinal, correcta.

⁹ "E porque antes daquelle combate, tal rei cristão vira numa aparição a Nosso Senhor Jesus Cristo com as cinco chagas, e pelo auxilio da graça do mesmo Cristo vencera esses cinco reis infiéis, e naquele combate cinco escudos haviam sido despedaçados no seu braço, traçou para si e para os seus sucessores as suas armas. Deste modo: mandou pintar em honra das cinco chagas de Jesus Cristo cinco escudos em forma de cruz da cor do céu em campo branco, e, nesses escudos, trinta dinheiros de prata, em memória da venda de Jesus Nosso Senhor". Aires Augusto Nascimento, *op.cit.* (v.supra, nota 1), p.367. Pode também ver-se o mesmo texto, com algumas diferenças na leitura apresentada, na edição crítica e tradução para português com o título de *Livro de Aautos do De Ministerio Armorum*, script. anno MCCCCXVI (ms. lat.28, J.Rylands Library, Manchester), com estudo codicológico, histórico, literário e linguístico de Aires Augusto Nascimento, Lisboa, 1977, p.258.

¹⁰ Claude-Gilbert Dubois, *Celtic et Gaulois au XVI siècle. Le développement littéraire d'un mythe nationaliste*, Paris, Vrin, 1972, pp.20-21.

¹¹ Idem, *ibidem*, p.20.

significativo no final do reinado de D.João III. Como adiante veremos, é então que se dá início à primeira tentativa de canonização de Afonso Henriques, processo que deve entender-se no duplo quadro da piedade e do zelo dos cónegos de Santa Cruz de Coimbra e de uma atenção de que era objecto a nível oficial. Já D.Manuel sentira a necessidade, por ocasião de uma visita ao Mosteiro em 1502, de dignificar a memória do fundador da monarquia, mandando edificar-lhe novo e magnífico túmulo em Santa Cruz de Coimbra¹², em cujo epitáfio passava a constar a referência à aparição¹³. De ambas as iniciativas régias resulta clara a importância ideológica que a monarquia confere, no século XVI, à comemoração das origens, bem como o lugar central que Ourique tem nessa celebração. A representação iconográfica do milagre na genealogia iluminada mandada executar pelo infante D.Fernando (1507-1534), irmão de D.João III, confirma não só a sua definitiva inscrição na memória das origens do reino, como dá conta do relevo que esse processo e essa representação tinha nos círculos da corte régia¹⁴.

Uma rápida sondagem relativa a nomes importantes da literatura e do humanismo próximos da corte permite concluir que o episódio fundador assumia uma importância crescente na constituição dessa memória, como vemos acontecer com Gil Vicente¹⁵, Sá de Miranda¹⁶ ou António Ferreira¹⁷, com João de Barros¹⁸, Damião de Góis¹⁹, André de Resende²⁰ e Jerónimo Osório²¹. É possível encontrá-lo em obras tão díspares como a *Descripçam e debuxo do moesteyro de Santa Cruz de Coimbra* (1541)²², a *Arte da guerra do mar* (1555) de Fernão de Oliveira²³ ou os *Diálogos* (1589) de Frei Amador Arrais²⁴. Passaria, por outro lado, a tópico frequente em cerimónias públicas, como é o caso da oração fúnebre proferida pelo Dr.Manuel da Costa²⁵ nas exéquias de D.João III ou na pregação da benção da bandeira feita por António Pinheiro por ocasião da partida de D.António para Tânger, em 1574²⁶.

Também D.Sebastião concedeu uma importância particular à memória de Afonso Henriques, mandando erigir em Ourique, aquando de uma jornada que em 1573 realizou por terras do Alentejo e Algarve, um arco de triunfo em cuja inscrição latina, da autoria de André de Resende, pontificava o valor militar da batalha e a aparição de Cristo ao primeiro monarca²⁷. Significado simbólico tem, por outro lado, o pedido de D.Sebastião ao Padre Geral do Convento de Santa Cruz de Coimbra, por carta régia de 14 de Março de 1578, solicitando que lhe fossem emprestados a espada e o escudo de Afonso Henriques para levar na expedição de Alcácer-Quibir²⁸.

A multiplicidade dos planos nos quais é possível detectar a funcionalidade do episódio de Ourique permite concluir que ele se encontra indiscutivelmente apropriado pelo discurso ideológico no século XVI, e incorporado numa memória "nacional" do reino. Se, contudo, essa importância é inquestionável, em particular no discurso historiográfico - lembremos a maturidade do relato de

¹² Damião de Góis, *Crónica do Felicissimo Rei D.Manuel* (1566-67), IV Parte, cap.LXXV (edição de J.M. Teixeira de Carvalho e David Lopes, Coimbra, 1926), p.204. A estátua jacente do novo túmulo de Afonso Henriques, na capela-mor da igreja do Mosteiro de Santa Cruz, foi muito provavelmente obra do escultor francês Nicolau Chanterene, que deixou também o seu nome ligado ao Mosteiro dos Jerónimos. V. Pedro Dias, *Nicolau Chanterene, escultor da Renascença*, Lisboa, 1987, p.63.

¹³ Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, III Parte, Livro VI, cap.XXXVIII, fols.266v-267v. V. também Augusto Mendes Simões de Castro, *Os tumulos de D.Afonso Henriques e de D.Sancho I*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1885.

¹⁴ António de Aguiar, *A genealogia iluminada do infante D. Fernando por António de Holanda e Simão Bening. Estudo histórico e crítico*, Lisboa, 1962, reprodução do fol.8, p.32.

¹⁵ *Tragicomédia do Inverno e Verão*, in *Copilaçam de todas as obras de Gil Vicente*, vol. II, Introdução e normalização do texto de Maria Leonor Carvalho Buescu, Lisboa, IN-CM, 1984, p.275.

¹⁶ *Carta a Pero Carvalho* [c.1527], e *Fábula do Mondego* [1527-1528], in *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, ed. de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, reprodução em fac-símile do exemplar de 1885, Lisboa, IN-CM, 1989, respectivamente p.215 e p.268.

¹⁷ "Dos Epitáfios. A El-Rei D.Afonso Henriques", *Poemas Lusitanos* (1598), II, Prefácio e notas de Marques Braga, Lisboa, Sá da Costa, 1953, p.193.

¹⁸ *Crónica do Imperador Clarimundo* (1522), Livro III, cap.IV, prefácio e notas de Marques Braga, vol.III, Lisboa, Sá da Costa, 1953, pp.93-94.

¹⁹ *Descripção de Lisboa* (1554), edição do texto latino e respectiva tradução por Raúl Machado, Lisboa, Livraria Avelar Machado, 1937, pp.32-34.

²⁰ V. *infra*, nota 27.

²¹ *De Rebus Emmanuelis Regis Lusitaniae invictissimi virtuti et auspicio gestis* (1571), Tomo III, Livro VIII, Coimbra, Typ.Academico-Regia, 1791, p.81.

²² P. D. Francisco de Mendanha, *Descripçam e debuxo do moesteyro de Santa Cruz de Coimbra* (1541), opúsculo de que só se conhece um exemplar (Newberry Library, Chicago), publicado em fac-símile, com introdução, por I.S. Révah no *Boletim da Biblioteca da Universidade*, XXIII, 1958, pp.417-436.

²³ Fernão de Oliveira, *Arte da guerra do mar* (1555), II Parte, cap. 9.

²⁴ Frei Amador Arrais, *Diálogos* (1589), IV, cap. XXI, selecção, prefácio e notas de Fidelino de Figueiredo, 2ª edição, Lisboa, Sá da Costa, 1981, pp.66-67.

²⁵ *Oratio funebris in exequijs serenissimi Portugalliae regis Ioannis III ab eodem autore Conimbricæ habita*, Coimbra, João da Barreira, 1558, p.203 e, novamente, p.216.

²⁶ António Pinheiro, "Pregaçam na occaziam de se benzer a Bandeira, que levou o Senhor D.Antonio quando partiu para Tangere", in Bento José de Sousa Farinha, *Colleçam das obras portuguezas do sabio bispo de Miranda e de Leyria D.Antonio Pinheyro pregador do Senhor Rey D.Ioam III e mestre do Principe*, Tomo I, Lisboa, Filipe da Silva e Azevedo, 1784, pp.135-136.

²⁷ Veja-se a "Relação da jornada de el rei D.Sebastião quando partiu da cidade de Évora" da autoria de João Cascão, publicada por Francisco de Sales Loureiro, *Uma jornada ao Alentejo e ao Algarve*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, pp.77-136. Referência ainda a esta iniciativa de D.Sebastião no *Liuro das Antiguidades da Cidade de Beia, e de outras particulares dependêtes dellas*, da autoria de Vasco Freire (século XVII), Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), cod.885, cap.III, fol.67v, em Fr.Manuel dos Santos, *Historia Sebastica*, Livro II, cap.XVIII, Lisboa, 1735, p.279 e Diogo Barbosa Machado, *Memórias para a historia de Portugal que comprehendem o governo del Rey D.Sebastião*, Parte III, Liv.II, cap.XX, Lisboa, 1747, pp.482-484. O texto da inscrição latina pode ver-se na obra do próprio André de Resende, *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Livro IV, Évora, Martim de Burgos, 1593, pp.216-218, após referência circunstanciada à batalha e ao milagre.

²⁸ BNL, Mss. Caixa 235, nº39, fac-símile do original existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). V. também Augusto Mendes Simões de Castro, *El-Rei D. Sebastião e a espada de D.Afonso Henriques*, Coimbra, Typ. Coimbra Editora, 1924.

Duarte Galvão (1505), a descrição de Cristóvão Rodrigues Azinheiro (1535)²⁹ ou a sua presença emblemática em *Os Lusíadas* (1572, III, 42-54) - será o século XVII, por um conjunto de factores que referiremos, a marcar a sua definitiva consagração.

Este facto encontra-se estreitamente ligado ao labor da historiografia alcobacense, e toma forma com a “descoberta” do juramento de Afonso Henriques em Alcobaça, publicado pela primeira vez na segunda edição dos *Diálogos de Vária História* (1599) de Pedro de Mariz, e que reaparece, pela mão de Frei Bernardo de Brito, na *Crónica de Cister* (1602). Além da sua reprodução frequente, em latim ou português, em muitas obras impressas, o juramento será objecto de intensa circulação manuscrita, quer em miscelâneas de carácter histórico e literário³⁰, de cariz sebastianista³¹, ou ainda em obras que se ocupam da descrição das armas nacionais e da nobreza do reino³². A “descoberta” do juramento confere uma nova dimensão ao episódio, e representa o completar da tradição: se a batalha e o milagre são os elementos de fundação, o juramento de Afonso Henriques, do qual constam as promessas de Cristo ao primeiro monarca, representa a garantia da continuidade em que avulta uma dimensão promissória e imperial³³.

Nesta noção de que o milagre representa também um chamamento do “novo povo eleito”, o princípio justificativo da missão universal dos portugueses, se estabelece aliás a estreita articulação entre o mito fundador e o messianismo sebástico, um dos tópicos que assinala e constitui uma das marcas da cultura portuguesa, com uma expressão muito particular nos finais do século XVI e no século XVII³⁴. O P. António Vieira, figura que de forma mais expressiva dá corpo a essa confluência, inscreve de modo decisivo a fundação do reino e a aparição de Cristo, primeiro e último garante do Quinto Império, no quadro do seu pensamento milenarista e messiânico³⁵. Vieira vê nas palavras de Cristo - “*Volo in te et in semine tuo, imperium mihi stabilire*” - a promessa de um império cristão universal, encarnado por um descendente do primeiro rei português. Destino e vocação imperiais, realidade a cumprir, implícita nas palavras de Cristo ao fundador do reino.

A importância do episódio, agora legitimado pelo “testemunho” do seu principal protagonista, surge claramente marcada pela conjuntura. A união dinástica favorece o exacerbar do sentimento e do fervor nacionais, facto que se traduzirá numa clara apropriação e numa nova funcionalidade do mito fundador. O milagre de Ourique, cristalizado numa narrativa sacralizada das origens e na promessa quase escatológica de um destino revela-se como um elemento importante da expressão do espírito autonomista em que, como já sublinhou Hernâni Cidade, “[...] a historiografia era género literário que confinava com a hagiografia e a epopeia”³⁶. Em dois sentidos se pode orientar a leitura, aquando da viagem realizada por Filipe II a Portugal, em 1619, no

²⁹ *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal, cap. III, in Collecção de Ineditos de Historia Portugueza*, V, Lisboa, Off. da Real Academia das Sciencias, 1824, p.23.

³⁰ BNL, cod.560, fols.77-78; cod.665, fols.258-259; cod.8572, fols.25-25v; Pomb.68, fols.14-17; ANTT, misc.ms.1113, fol.155; misc.ms.1817, fol.142; Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), cod.169, fols.89v-91v; cod.180, fols.132-134; cod.348, fols.43v-45; cod.488, fols.10-12; cod.493, fols.193v-194v; cod.510, fols.254-254v; cod.581, fols.212v-215.

³¹ BNL, cod.125, fols.74-77v; cod.400, fols.198v-201v; cod.551, fols.70-74; cod. 10740, pp.278-283.

³² V. por exemplo, BGUC, cod.490, fols.269v-280v. A descrição da origem das armas nacionais, dadas por Cristo em Ourique a Afonso Henriques funciona aqui como uma “introdução” a um “*Compendio breve na materia de nobreza e fidalguia destes Reynos* (fols.272-280v), que encerra com a descrição das armas de algumas cidades e reinos. V. ainda BNL, cod. 655, *Manifesto politico do fundamento e origem das Armas dos Reynos de Portugal...*, fols.178v-187v. Paradigma desta “matriz” de Ourique como origem das armas encontramos-lo nos belíssimos *Tropheus Lusitanos* (1632) de António Soares de Albergaria, em que a figuração heráldica dos escudos e armas dos titulares da nobreza do reino de Portugal é antecedida de uma gravura do “*Apparecimento de Christo a El Rey Dom Afonso Henriques*” (fol.7), a que se seguem as “*Armas do Reyno de Portugal, dadas a El Rey Dom Afonso Henriques*”.

³³ Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, III Parte, Livro X, cap.V, fols.128v-129.

³⁴ Sobre a articulação entre as figuras de Afonso Henriques e D.Sebastião e o messianismo político, v. a estimulante leitura de Lucette Valensi, *Fables de la mémoire. La glorieuse bataille des trois rois*, Paris, Seuil, 1992, particularmente pp.152-204.

³⁵ *História do Futuro*, cap.IV, pp.72-73, cap.V, p.85, cap.VIII, pp.120-122 e 135-136, Introdução, actualização do texto e notas por Maria Leonor Carvalho Buescu, 2ª edição, Lisboa, IN-CM, 1992.

³⁶ Hernâni Cidade, *A Literatura Autonomista sob os Filipes*, Lisboa, s.d., p.82.

faustoso recebimento que a cidade de Lisboa fez ao monarca, da representação iconográfica da aparição de Cristo em Ourique que figurava, com destaque, no arco dos oficiais da bandeira de S.Jorge³⁷: afirmação velada de uma nacionalidade que *supera* o novo monarca, porque é sagrada, ou incorporação dessa memória no novo quadro de legitimidade dinástica; em qualquer dos casos, ela reflecte uma presença indiscutível do mito fundador no imaginário - aqui, no sentido literal do termo - nacional.

Traço significativo dessa incorporação na memória do reino no quadro da monarquia dual surge no *Directorio sacado de las vidas i hechos de los esclarecidos Reies de Portugal* (1634), sucessão cronológica das vidas dos reis portugueses que Frei António Brandão, cronista-mor, escreveu por ordem de Filipe III para a instrução do príncipe Baltasar Carlos (1629-1646), herdeiro do trono de Espanha e Portugal³⁸. Da "herança portuguesa"³⁹ do jovem príncipe faz parte, com o amplo destaque sublinhado pela magnífica iluminura que a representa, a fundação sagrada do reino, com a aparição de Cristo a Afonso Henriques em Ourique⁴⁰. Na própria literatura castelhana é possível encontrar a presença da tradição de Ourique, em articulação com a composição das armas portuguesas, como sucede na comédia de Tirso de Molina (1584-1648) intitulada *Las Quinas de Portugal* (1638), o que demonstra o lugar de Ourique no imaginário e no discurso "histórico" das origens do reino português⁴¹.

O episódio surge, na conjuntura da união dinástica e em função dos novos elementos de que se vê dotado, não só como narrativa das origens, mas como instrumento ideológico de afirmação da nacionalidade e de legitimação da independência. A sua consagração definitiva será indissociável da Restauração, que nele encontra, a par da recuperação das cortes de Lamego, um referente indispensável ao seu discurso legitimador. É esse o sentido do episódio, frequentemente invocado pela literatura restauracionista, da mão direita de Cristo que, no dia da aclamação de D.João IV, quando o arcebispo de Lisboa, D.Rodrigo da Cunha, se dirigia da Sé para a casa da Câmara, milagrosamente se despregara da cruz, sucesso no qual se pretende ver um estreito vínculo entre Ourique e a independência do reino⁴². A Restauração significa a refundação da monarquia, o retomar de uma legitimidade estabelecida pelo próprio Cristo em Ourique. O despregar miraculoso do braço da cruz era um dos múltiplos *sinais* que mostravam a legitimidade do novo monarca, herdeiro das promessas de Cristo a Afonso Henriques. Este episódio manteria uma aceitação considerável, no âmbito de uma leitura providencialista da Restauração e, de modo mais lato, da história nacional⁴³.

O alcance da presença do milagre de Ourique no conjunto da literatura restauracionista permite considerá-lo como um dos elementos estruturadores do seu discurso legitimador. Se é possível encontrá-lo como referência nuclear na

37 João Baptista Lavanha, *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D.Filipe II N.S. ao Reyno de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez*, Madrid, Thomas Iunti, 1622, gravura e pp.32-36.

38 Biblioteca Nacional de Madrid, mss. 2850, 74 fols. + 6 folhas de guarda.

39 Fernando Jesús Bouza Alvarez, "La herencia portuguesa de Baltasar Carlos de Austria. El *Directorio* de fray Antonio Brandão para la educación del heredero de la monarquía católica", *Cuadernos de Historia Moderna*, 9, 1988, pp.47-61.

40 BNM, mss.2850, fol.7.

41 Luís Filipe Lindley Cintra, "A Lenda de Afonso I, Rei de Portugal (origens e evolução)", *ICALP Revista*, 16-17, 1989, pp. 76-77.

42 Como é flagrante na obra *À Santidade do Monarca Ecclesiástico Innocencio X.Expoem Portugal as causas de seu sentimento, & de suas esperanças*, obra publicada anónima, em Lisboa, por Paulo Craesbeek, 1646, e atribuída a João Pinto Ribeiro, pp.41-42.

43 É o caso bastante mais tardio da obra *A Política Moral, e Civil Aula da Nobreza Lusitana*, Tomo VI (1754), Livro III, cap.X, p.380, da autoria de Damião António de Faria e Castro, autor aliás muito citado no âmbito da polémica oitocentista sobre o milagre, onde se regista, no capítulo respeitante à "feliz Acclamação de El Rey D.João IV", a ocorrência pública daquele episódio milagroso. Este surge de forma recorrente nos sermões da época (v. João Francisco Marques, *A parenética portuguesa e a Restauração*, 2 vols., Porto, INIC, 1989), e o próprio João Pinto Ribeiro nas *Injustas successoens dos Reys de Leam e de Castella: & isenção de Portugal*, Lisboa, Pedro Craesbeek, 1642, refere como sinal da aprovação divina que sempre coube a este Reino o episódio do despregar do braço da cruz (ed. *Obras Varias...*, T.II, Coimbra, José Antunes da Silva, 1730, p.112). A representação do episódio consta também de um pano de azulejos, de um importante conjunto de cenas alusivas aos momentos mais importantes da Restauração, no jardim do Palácio dos Condes de Almada, hoje Palácio da Independência.

oratória patriótica pós-aclamatória, estudada de modo sistemático na sua plurifuncionalidade por João Francisco Marques⁴⁴, ele surge também de forma explícita e destacada na argumentação de figuras que tiveram um protagonismo assinalável na diplomacia da Restauração, como é o caso de António de Sousa de Macedo e António Pais Viegas.

No âmbito da sua intensa actividade diplomática em defesa da nova dinastia, Sousa de Macedo (1606-1682)⁴⁵ polemizou, como tantos outros autores portugueses⁴⁶, com Caramuel, que sustentara antes da Restauração o direito dos Filipes à coroa portuguesa⁴⁷, e contestara, após 1640, em várias outras obras, a legitimidade da nova dinastia⁴⁸. Em 1642 Sousa de Macedo publica em Londres - onde se encontrava como secretário de D.Antão de Almada, que chefiava a primeira embaixada restauracionista àquele país - uma obra⁴⁹ de contestação a Caramuel, em que o primeiro e decisivo argumento aduzido em favor de independência portuguesa é o acto fundador de Ourique: “*Tienen los Reyes de Portugal el titulo que les ha dado el mismo dios*”, procedendo-se em seguida à narrativa da aparição fundadora e legitimadora de Cristo, e à sua “prova”, presente no “juramento” do primeiro monarca⁵⁰.

Ainda em Londres, Sousa de Macedo publica a famosa obra *Lusitania Liberata ab Injusto Castellanorum Dominio*.... Entre os fundamentos da legitimidade da nova dinastia, aí apresentava, em termos de argumento de autoridade, uma longa lista de testemunhos de autores portugueses e estrangeiros que davam como comprovado e incontestado o episódio de Ourique⁵¹. O relevo que este assume numa obra publicada em Londres, em latim, com o objectivo claro de propaganda e de legitimação internacional da nova situação política portuguesa, reflecte a sua presença no corpo ideológico de afirmação do Estado e o espaço importante que é ainda concedido à explicação de uma monarquia que é legítima, entre outras causas, porque associada a uma dimensão providencial⁵².

O outro caso é o de António Pais Viegas (? -1650), secretário de D.João IV, que escreveu, entre outras, duas obras que queremos destacar: o *Manifesto do Reyno de Portugal*..., publicado anónimo⁵³, e, em castelhano, os *Principios del Reyno de Portugal. Con la vida y hechos de Don Alfonso Henriquez su primero Rey*...⁵⁴. Os dois textos são editados em 1641, e ambos pretendem provar o carácter legítimo da nova dinastia. O *Manifesto* refere as razões jurídicas, políticas e económicas da Restauração, e descreve os passos que levaram ao 1º de Dezembro e ao retomar do direito à independência que assistia a Portugal. Os *Principios del Reyno de Portugal*... são, de certa maneira, uma outra forma de o fazer: aquela legitimidade, comprovada no *Manifesto*, radica na fundação do reino, com Afonso Henriques, uma fundação já com a marca do divino. Desde a narrativa pormenorizada do episódio da aparição, à batalha, ao texto do “juramento” do primeiro monarca,

⁴⁴ Particularmente na sua obra já citada (v. nota anterior).
⁴⁵ Sobre António Sousa de Macedo, v. Luís Reis Torgal, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, vol. II, Coimbra, 1982, pp.300-303 e bibliografia aí indicada.
⁴⁶ João Pinto Ribeiro, *Injustas Successoens...* (1642), nomeadamente pp.68-69, 71, 95, 97-100; Manuel Fernandes Vila-Real, *Anti-Caramuel o defença del Manifiesto del Reyno de Portugal*..., Paris, Miguel Blageart, 1643; Pedro de Sousa Pereira, *Mayor triumpho da Monarchia Lusitana em que se prova a visão do campo de Ourique*..., Lisboa, Manuel da Silva, 1649. Também António Pais Viegas parte das afirmações de Caramuel para as relutar no seu *Manifesto*. V. *Infra*, nota 55.
⁴⁷ *Philippus Prudens... Legitimus Rex Demonstratus*, Anvers, Off. Plantiniana Baltasar Moreto, 1639, que originou a polémica que referimos.
⁴⁸ *Joannes Bargantinus Lusitaniae Illegitimus Rex Demonstratus*, Lovaina, Typ. E de Witte, 1642 e, ainda no mesmo ano, *Respuesta al Manifiesto del Reyno de Portugal*, Anvers, Baltazar Moreto.
⁴⁹ *Juan Caramuel Lobkovitz. Religioso de la orden de Cister Abad de Melrosa, etc. Convencido en su libro intitulado “Philippus Prudens Caroli V. Imper. filius*..., Londres Ric.Heine, 1642. No ano seguinte publicaria ainda, sem o seu nome, um pequeníssimo opúsculo, em latim, ainda em retutação de Caramuel: *Caramuel ridiculus, Caramueli convicto. D.Per Petrum Garciam Tonsorem Olyssipponensem*, sl, si, 1643.
⁵⁰ A. Sousa de Macedo, *op.cit.*, pp.12-18. Sublinhe-se que a importância que o episódio fundador assume na fundamentação da polémica anti-Caramuel é reforçada pelo facto de este expressamente o ter posto em causa.O *Mayor Triumpho da Monarchia Lusitana*... de Pedro de Sousa Pereira (v.*supra*, nota 46) é a este respeito particularmente significativo. O “Prólogo” enuncia de forma clara a justificação e finalidade da obra: uma vez que “*Fez Caramuel clausula em seu livro, que se provassemos a visão do campo de Ourique, logo elle, & todos Castelhanos acclamariam aos Reys de Portugal*”, dar como provada essa visão legitimadora será o único propósito de Sousa Pereira, ao longo das quase trezentas páginas da sua obra. Abrindo com as cópias do “Juramento” de Afonso Henriques e do “auto” das Cortes de Lamego, todo o texto é construído e articulado em função do desafio de Caramuel.
⁵¹ A.Sousa de Macedo, *Lusitania Liberata ab Injusto Castellanorum Dominio*..., Richard Heron, 1645, “Proemium”, pp.100-109.
⁵² Veja-se também o caso de João Pinto Ribeiro (1590?-1649), a quem já aludimos, personagem muito próxima do duque D.João, administrador desde 1639 da Casa de Bragança, e figura tutelar nas acções que culminaram na sublevação de 1640, pelo envolvimento que nelas assumiu. É notória, também no seu caso, a presença constante da matriz providencial em textos de sua autoria, particularmente do episódio fundador de Ourique. Encontramo-lo, por exemplo, no *Desengano ao parecer enganoso que se deu a El Rey de Castella D.Phelippe IV contra Portugal* (1645), in *Obras várias*..., Parte II, pp.1-44. Este texto consiste na sua resposta a um articulado de 24 razões, escritas em castelhano (que transcreve), em que se aconselha Filipe IV nas estratégias a adoptar para recuperar o reino de Portugal. Ora, a primeira razão invocada por Pinto Ribeiro imediatamente após o articulado para o rebater, ponto por ponto, é a para ele inquestionável realidade do milagre de Ourique, garante da “refundação” de 1640 (p.7). Também nas *Injustas Successoens...* (1642), in *Obras Varias*..., T.II, pp.53-112, o episódio surge na p.73 e, embora numa perspectiva um pouco diferente, nas pp.94-95. Sobre o conjunto da concepção providencial em João Pinto Ribeiro, v. Ana Isabel Buescu, “Sentimento’ e ‘Esperanças’ de Portugal - da Legitimidade de D.João IV”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº9-10, Lisboa, 1993, pp.169-188.
⁵³ *Manifesto do Reyno de Portugal*..., Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1641. Consultámos a edição prefaciada por Joaquim de Carvalho, Coimbra, 1924.
⁵⁴ *Principios del Reyno de Portugal*..., Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1641.

reencontramos nos *Principios...*, incorporada na história, essa imagem providencial mas também promissória do início da nacionalidade - pois que 1640, como tantas vezes é invocado pela literatura restauracionista, era o cumprir das promessas de Ourique, constantes do “juramento”⁵⁵.

Os exemplos poderiam multiplicar-se o que, não invalidando o facto de a sua utilização hiperbólica radicar na sua condição de objecto de propaganda numa conjuntura particular, aponta para a presença inequívoca deste conjunto - origens/Ourique/juramento/ povo eleito/ refundação em 1640 - num discurso político-ideológico que serve o Estado. No limite, poderá estabelecer-se o contraste entre o tradicionalismo e o arcaísmo deste edifício ideológico, articulado e inscrito na dinâmica de resistência à monarquia dual, e o factor de “modernidade” que aquela representa em termos institucionais e do próprio desenvolvimento do Estado⁵⁶.

Emblemático do estreito vínculo estabelecido entre uma restauração “prodigiosa” e a sanção sagrada que presidiu à fundação do reino, e do eco que o próprio poder lhe confere, acaba por ser o facto de, logo nas primeiras cortes celebradas após a Restauração (1641), D.João IV ser instado, pela nobreza, a retomar o processo de canonização de Afonso Henriques, juntamente com o de Nuno Álvares Pereira ⁵⁷ - um, o herói fundador do reino, o outro o “fundador” da Casa de Bragança, agora transformada em Casa Real. Sentido idêntico parece ter a primeira edição da *Crónica de D.João I* (I Parte), publicada em 1644 e oferecida a D.João IV, que ostenta no rosto a representação do milagre que presidira à fundação do reino.

No século XVIII encontramos, é certo, a posição crítica de um Luís António Verney, que no *Verdadeiro Método de Estudar* (1746) põe em causa a veracidade da aparição e a pertinência da tradição de Ourique⁵⁸, assim como casos, embora raros, em que é possível entrever as reservas que o episódio suscitava, para lá da sua legitimação oficial. A *Verdade das historias por questões problematicas* (1701) da autoria de Luís Nunes Tinoco, contador do Tribunal dos Contos do Reino, obra de carácter sincrético que inventaria e discorre sobre mais de cem questões objecto de controvérsia entre vários autores, inclui entre elas a aparição de Cristo a Afonso Henriques⁵⁹.

Apesar disso, a tradição mantém uma apreciável importância ideológica e uma vitalidade talvez surpreendente. A *Relação verdadeira da aparição de Christo Senhor Nosso, no Campo de Ourique, ao Santo Rey Dom Affonso Henriques, e da Batalha, em que venceo cinco Reis, e quatrocentos mil Mouros*, publicada em 1753, de Dionísio Teixeira de Aguiar, familiar do Santo Ofício, é a este respeito significativa. A *Relação verdadeira...* sintetiza, por um lado, os elementos essenciais da já secular tradição de Ourique e, por outro, reflecte os parâmetros da sua aceitação no século XVIII. Das três licenças que autorizam a sua publicação, duas - a do Santo Ofício e a do Ordinário - incidem,

⁵⁵ *Ibidem*, Livro Quarto, pp.112-137. No que diz respeito ao *Manifesto*, registre-se, contudo, o enquadramento global do sucesso da Restauração no “divino impulso” que, segundo Pais Viegas, ela claramente indicia (*op.cit.*, fol.1v).

⁵⁶ António Hespanha, “O Governo dos Áustrias e a “modernização” da constituição política portuguesa”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, 2, 1989, pp.49-73.

⁵⁷ *Capítulos Gerais apresentados a ElRey D.Ioão nosso Senhor IIII deste nome, XVIII Rey de Portugal, nas cortes celebradas em Lisboa com os tres Estados em 28 de Janeiro de 1641*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1645, cap. XXXVI da Nobreza, p.60.

⁵⁸ A propósito das obras de carácter profético e messiânico do P. António Vieira. Luís António Verney, *Verdadeiro método de estudar*, Tomo I, Valença, Off. de Antonio Balle, 1746, pp.206-208.

⁵⁹ BGUC, cod. 345, Luís Nunes Tinoco, *Verdade das historias por questões problematicas. Em que se apontão as razões, que dão os Autores sobre varias opiniões de algũas cousas, que ou se tẽ por fabulozas, ou não ha de ellas certeza constante*, fols. 157-159.

naturalmente, no facto de a *Relaçam* não conter “*cousa alguma contra a Fé, ou bons costumes*”. A terceira licença, do Paço, justifica a aprovação no facto de o conteúdo da obra corresponder à celebração de “[...] *hum dos pontos mais certos e infalliveis da nossa Historia*”. Este parecer é da autoria de Filipe José da Gama, membro da Academia Real da História, dos Arcades de Roma e de várias sociedades literárias existentes no país, o que nos parece significativo, bem como, evidentemente, o facto de emitir o parecer na sua qualidade de censor régio.

O caso da *Relaçam verdadeira*... ilustra aliás o espaço que a elite erudita setecentista, através de alguns dos seus nomes mais determinantes, concede ao milagre de Ourique na constituição da memória nacional. Vejam-se os casos de Barbosa Machado na sua monumental *Bibliotheca Lusitana* (T.I, 1741)⁶⁰, de António Caetano de Sousa no *Agiologio Lusitano* (1744)⁶¹ e, mais significativo ainda, na *Historia Genealogica*, em cujo Tomo I (1735), no capítulo dedicado a Afonso Henriques, se veicula todo o aparelho lendário de Ourique⁶², figurando o texto do “juramento” nas respectivas *Provas* (1739)⁶³, de Frei Manuel do Cenáculo nos *Cuidados Literários* (1791)⁶⁴, ou ainda de Tomás Caetano de Bem nas *Memorias historicas e chronologicas da sagrada religião dos clerigos regulares*... (1792)⁶⁵. Razão” teria mais tarde o Pe. Francisco Recreio, o mais violento adversário de Herculano na polémica oitocentista sobre o milagre quando, carreando “testemunhos” em favor da veracidade da aparição, invocava com particular ênfase o século XVIII que, com uma acentuada “*tendencia para desmoronar o edificio das velhas crenças historicas*”, não abatera, contudo, a tradição de Ourique...⁶⁶.

O empenhamento indiscutível da erudição setecentista em sustentar o “monumento” de Ourique deve ser visto em articulação com a importância que a Igreja e o próprio poder político continuam a conferir ao processo de canonização de Afonso Henriques, processo em que, no reinado de D.João V, e ainda no de D.José, D.João de Santa Maria de Jesus, cónego regular de Santa Cruz de Coimbra, assume notoriedade na sistematização de materiais tendentes a fundamentar um pedido⁶⁷ a que era dado um cunho público e nacional⁶⁸. Ainda no século XVIII o patriarca D.Tomás de Almeida solicita ao Papa Bento XIV a concessão ao clero português, em virtude da grande devoção em Portugal pelas Cinco Chagas de Cristo, do ofício e missa das Cinco Chagas, existente desde 1733. Requeria-se ainda a concessão de um aditamento ao ofício, na versão especialmente destinada a Portugal, de um texto referente ao aparecimento de Cristo a Afonso Henriques, numa explícita referência à relação que se considerava existir entre o milagre e a inscrição das cinco chagas no brasão nacional. Tanto o ofício como o aditamento referente à aparição foram concedidos por Roma em 1753⁶⁹.

⁶⁰ *Bibliotheca Lusitana*, Tomo I, artigo relativo a D.Afonso Henriques, Lisboa, 1741, pp.11-15.
⁶¹ O Tomo IV do *Agiologio Lusitano dos Santos, e varões illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas*, Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1744, continuação da obra iniciada por Jorge Cardoso em 1652 consagra, na efeméride respeitante ao dia 25 de Julho, uma pormenorizadíssima referência ao episódio de Ourique (pp.280-285), e o respectivo “*Commentario*” (pp.289-301), que inclui o texto do juramento em latim e português, é uma sequência cerrada de autores nacionais e estrangeiros que referem o milagre de Ourique. Este conjunto de autoridades veiculado por António Caetano de Sousa seria, aliás, um dos argumentos mais invocados pelos defensores de Ourique na polémica que teria lugar com Herculano no século XIX.
⁶² *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2ª ed. Tomo I, Coimbra, Atlântida Editora, 1946, pp.32-36.
⁶³ *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Coimbra, Atlântida Editora, 1946, pp.7-9.
⁶⁴ *Cuidados Literários do Prelado de Beja em graça do seu Bispado*, artigo intitulado “*Historia Ecclesiastica*”, Lisboa, 1791, pp.361-401. Atribuída à sua autoria existe ainda uma obra constituída por uma pequena introdução de exaltação de Ourique e por sete estampas, intitulada *Graças concedidas por Christo no Campo de Ourique, acontecidas em outros tempos e repetidas no actual, conformes aos desenhos de suas idades*, Lisboa, Impressão Régia, 1813.
⁶⁵ Tomás Caetano de Bem, *Memorias historicas e chronologicas da sagrada religião dos clerigos regulares em Portugal e suas conquistas, na India Oriental*, T. I, Lisboa, Régia Off. Typ., 1792, p.167.
⁶⁶ P.Francisco Recreio, *A Batalha de Ourique e a Historia de Portugal de A.Herculano. Contraposição critico-historica*, Parte I, Lisboa, Typ. de G.M. Martins, 1854, p.39.
⁶⁷ Materiais que constam, nomeadamente, das suas obras *Fama Posthuma do Gloriosissimo Senhor Rey D.Afonso Henriques, primeiro Monarcha do Imperio Lusitano, com a noticia do estado da sua Canonização*, e dos *Quesitos sobre as acções do Senhor Rey D.Afonso Henriques em ordem à sua canonização* (1752), v. I.F. da Costa Brochado, “*Tentativas de canonização de El-Rei D.Afonso Henriques*”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, 3ª série, VIII, Lisboa, 1958, pp.307-337.
⁶⁸ Em edital público, não datado, publicado provavelmente em 1747, por ocasião da instrução do processo no reinado de D.João V, encimado por uma água-forte representando a aparição de Cristo a Afonso Henriques, pedia-se que “[...] *toda a pessoa, q tiver noticia de algumas Imagens do Virtuoso Rey D.Afonso, ou de culto, respeito, veneração pública, ou particular, que se lhe tribute: ou liver, ou souber de alguns livros não impressos, ou qualquer genero de documentos, e papeis manuscritos, e ainda livros, e papeis impressos, se forem raros, q fallem do Veneravel Rey, queira por serviço de Deos, e de Sua Magestade, por honra da Nação, e pela muita obrigação, q todos os Portuguezes devem ter a este nosso primeiro Libertador, dar parte do q tiver, ou souber: o que cada hum poderá fazer comunicando-o por si, por via dos seus Parochos, ou por quem lhe parecer, aos Senhores Ordinarios das suas Dioceses, ou aos Prelados das Casas Professas, e Collegios da Companhia de Jesus, ou de Mosteiros de Conegos Regulares de Santo Agostinho; os quaes todos tem aviso, para remetterem as noticias, q se lhes derem, em ordem a se mandarem para Roma*”. O exemplar consultado faz parte do cod.1520 da BGUC, maço contendo três itens: uma cópia dos cento e quarenta quesitos sobre os quais deveria assentar o processo de canonização, em latim, com o título *Conimbricensis canonizationis servi Dei Alphonsi Henrici, seu Henrichij primi Portugallie regis sancti nuncupati*, dos quais há vários outros manuscritos noutras bibliotecas (BNL, cod.572, 573, 742, 883; Biblioteca da Ajuda, 49-II-15, e várias no ANTT). O segundo item é uma obra manuscrita, em cuja capa se lê ter pertencido à Livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, intitulado *Officiũ propriũ B.Alphonsi primi Lusitaniae regis*, 17 fols. não numerados. O terceiro é constituído pelo edital a que fizemos referência.
⁶⁹ Pode ver-se o texto do decreto que fez a concessão do ofício para Portugal em 1753 em Dionizio António de Paiva, *Quintanário Meditativo, e Fervorosa supplica em louvor das sinco Chagas de Nosso Senhor Jesus Christo. Offerecido ao mesmo Senhor, e por Elle dadas, para Braçoens do seu imperio, ao Real Tronco Luzitano*, Lisboa, Off. de José de Aquino Bulhoens, 1797. No século XIX, este aditamento será invocado por alguns defensores da aparição como testemunho coevo do milagre, da autoria de S.Bernardo de Claraval, e nessa medida considerado como uma das provas mais importantes do milagre. Sobre este equívoco, que Alexandre Herculano se apressará a desmontar no seu célebre opúsculo *Eu e o Clero* (1850), v. Ana Isabel Buescu, *O milagre de Ourique*..., já citado, pp.38-39.

Já nos finais do século, o P. António Pereira de Figueiredo, da Congregação do Oratório, grande teórico do regalismo no tempo do marquês de Pombal, publica os *Novos Testemunhos da milagrosa aparição de Christo Senhor Nosso a El Rei D.Afonso Henriques antes da famosa Batalha do Campo d'Ourique, e Exemplos parallelos, que nos induzão à pia crença de tão portentoso caso* (1786)⁷⁰. Discurso porventura já defensivo na sua estrutura e na sua articulação, os *Novos Testemunhos...*, da autoria de um homem de grande prestígio intelectual, seriam objecto de ampla divulgação, e a sua importância na fundamentação da veracidade da aparição culminaria, aliás, no lugar de relevo que assumem na polémica oitocentista sobre o milagre⁷¹.

A origem divina da nação ou, na generalidade, dos antepassados, representa um dos processos mais eficazes de legitimação de um poder⁷². É essa legitimação divina no momento da fundação do reino o significado fundamental de Ourique. O facto de, nas origens longínquas do sentimento da nacionalidade e na génese da constituição de uma memória das origens, ter sido a batalha de São Mamede (1128) a representar a fundação, sendo depois substituída pela batalha de Ourique⁷³, assume um significado particular quando encarado segundo a perspectiva da relação especial que, numa visão tradicional das origens, se estabelece entre o poder e o sagrado.

Se até finais do século XIV a intervenção divina não se encontra ainda incorporada na narrativa de Ourique, a sua inclusão na *Crónica de 1419* marcará o passo decisivo na transferência de São Mamede para Ourique como momento das origens. Como observa José Mattoso, a escolha de Ourique como símbolo da nacionalidade, a partir do século XV, tem sobretudo a ver com a sua maior adequação à intervenção divina e à missão sagrada do monarca, já que o confronto se trava entre a Cristandade e o Islão⁷⁴.

O abandono de São Mamede como evento fundador articula-se com a sacralidade que envolve Ourique, mas outros elementos concorrem para essa definitiva obliteração. Associados à batalha de São Mamede surgem vários episódios menos favoráveis à figura de Afonso Henriques e à construção da sua imagem como fundador da nacionalidade. As difíceis relações com sua mãe, cujas peripécias os cronistas medievais enfatizam, como a sua prisão pelo filho no castelo de Lanhoso, a maldição lançada sobre ele por D.Teresa, "cumprida" no cerco de Badajoz, e o episódio do "bispo negro", traçam de Afonso Henriques um perfil que ajuda também a explicar o abandono de São Mamede como marco das origens.

Desses episódios resulta uma imagem quase sacrílega do filho em relação à mãe e do excomungado pela Igreja, imagem incompatível com a mitificação da figura do primeiro rei. O sentido menos favorável dos episódios mais significativos da "gesta de Afonso Henriques", que os cronistas continuam a veicular "*aparentemente sem se preocuparem com o seu provável sentido anti-*

⁷⁰ Este texto do P. António Pereira de Figueiredo é reeditado em 1809 com aditamentos, na Impressão Régia, numa conjuntura bem específica e sob o título sugestivo de *Dissertação historica e critica, em que se prova a milagrosa aparição de Christo Senhor Nosso a El Rei D.Afonso Henriques antes da famosa Batalha do Campo de Ourique, publicada em 1786 por seu author o erudito P.Antonio Pereira de Figueiredo, Agora novamente accrescentada com o auto do juramento do mesmo rei em Latim e Portuguez, e com varias anotações e autoridades, que devem persuadir, e convencer a todos os fieis portugueses da verdade de hum facto tão portento. Offerecida à Nação Portuguesa por hum dos seus mais verdadeiros Patriotas, para os animar e esforçar nas presentes circumstancias da guerra contra os inimigos da Religião e do Throno*.

⁷¹ V. Ana Isabel Buescu, *op.cit.*, pp.83-90.

⁷² Moses Finley, "La constitution des ancêtres", in *Mythe, mémoire, histoire*, Paris, Flammarion, 1981, pp.209-251.

⁷³ José Mattoso, "A primeira tarde portuguesa", in *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, IN-CM, 1985, pp.11-35.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, pp.13-14.

nacional"⁷⁵, é no entanto explicável. Ainda segundo José Mattoso, sendo embora pouco provável que a gesta tenha sido criada em território nacional, ela pode ter surgido "*em meios pouco afectos ao rei, como eram certos sectores da nobreza rural desde o século XIII*"⁷⁶.

À feição de certo modo sacrílega desta imagem, que corresponde, pois, a uma memória de grupo alheia à lógica clerical, contrapõe-se, como imagem vencedora, a sacralidade de Ourique. Sacralidade que reside na aparição legitimadora de Cristo, e que encontrará um complemento decisivo na construção do perfil do primeiro rei, moldado em verdadeira oposição aos episódios atrás referidos. Para lá da hiperbolização de todas as virtudes militares e guerreiras, traço obrigatório na caracterização do herói, a piedade cristã de Afonso Henriques, evidenciada na luta pela Cristandade contra o Islão, será utilizada na progressiva construção em torno da figura do rei de uma auréola de santidade, amplificando o significado global de Ourique. O triunfo do retrato clerical do monarca deixará na obscuridade, em definitivo, como sublinha José Mattoso, "*os que outros grupos sociais dele tinham traçado quatro séculos antes*"⁷⁷.

Tal como acontece com a questão do milagre, em que há um lento processo de elaboração até à sua definitiva fixação com a historiografia alcobacense, verifica-se um processo semelhante no que respeita à figura do monarca. Este processo, além de mais lento, é igualmente, no seu conjunto, mais tardio, embora não menos significativo. Com efeito, nenhuma das primeiras narrativas conhecidas do milagre, quer o *De Ministerio Armorum* (1416), a *Crónica de 1419*, a *Segunda Chronica Breve* (1451), a *Oração de obediência* de Vasco Fernandes de Lucena (1485) ou ainda a *Crónica d'El Rei D.Afonso Henriques* de Duarte Galvão (1505), ultrapassam a caracterização do rei segundo os parâmetros do herói cristão - investido, é certo, de uma missão pelo próprio Cristo, mas, apesar de tudo, herói perfeitamente humano.

Vejamos o caso da *Crónica* de Galvão. Nela, a par da lenda da aparição, encontramos a manutenção de episódios em que, de modo bastante cru e objectivo, se narram as peripécias relacionadas com a prisão de D.Teresa pelo filho, as pressões do Papa, a rebeldia do rei, a investidura do "bispo negro", a excomunhão do monarca e de todo o reino, as ameaças de morte ao cardeal enviado por Roma a Afonso Henriques para que o afastasse dos caminhos da heresia e lhe "*emssinasse e mostrasse a ffee*"⁷⁸.

A *Crónica* de 1505 representa um momento intermédio na constituição da lenda no seu significado global - a aparição e a mitificação da figura de Afonso Henriques; com efeito, se contempla já os elementos fundamentais da narrativa do milagre, não reflecte, no que diz respeito ao perfil do rei, a tendência expurgatória que se verificará progressivamente, transmitindo, antes, a ampla tradição veiculada pelas crónicas medievais⁷⁹. A imagem clerical de Afonso

⁷⁵ Idem, *ibidem*.

⁷⁶ Idem, *ibidem*, p.13 e notas. V. ainda "As três faces de Afonso Henriques", *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, 8, 1992, pp.37-40.

⁷⁷ José Mattoso, "As três faces...", cit., p.42. Sobre os mecanismos da memória social, em que se retomam os contributos de Maurice Habwachs sobre os quadros sociais da memória e a memória colectiva, v. Paul Connerton, *Como as sociedades recordam*, Oeiras, 1993, (1ª ed. 1989), especialmente o cap. 1, pp.7-48.

⁷⁸ Duarte Galvão, *op.cit.*, cap.XXIII, (ed.1986), p.85.

⁷⁹ V. António José Saraiva, *A épica medieval portuguesa*, Lisboa, 1979.

Henriques, laboriosamente construída pelos monges de Santa Cruz e apropriada pela monarquia, não se impusera ainda totalmente como retrato “oficial” do monarca⁸⁰.

Conservada na Torre do Tombo, a *Crónica* será apenas impressa em 1726. Esta primeira publicação é levada a cabo pelo licenciado Miguel Lopes Ferreira, que afirma a intenção de publicá-la na íntegra, incluindo os episódios que, nas suas palavras, constituem “*tradição errada*”⁸¹. No entanto, a edição sairá expurgada dos capítulos que veiculam os episódios atrás referidos, e que continuarão inéditos até 1838, ano em que são publicados no II volume da *Revista Litteraria* do Porto⁸².

Decisivo foi o papel dos cronistas de Alcobaça no definitivo triunfo desta imagem de Afonso Henriques⁸³. O facto de já Frei António Brandão dar pouca importância e atenuar o dramatismo daqueles episódios na III Parte da *Monarchia Lusitana*⁸⁴, funciona como reafirmação da justeza do critério expurgatório que presidiu à edição de 1726, como se evidencia na licença do censor régio, D. José Barbosa, clérigo regular teatino, membro da Academia Real da História, cronista da Casa de Bragança e homem de vastíssima erudição⁸⁵.

Da sua redacção, no início do século XVI, apoiada numa tradição anterior, à sua primeira impressão, em 1726, verificara-se um processo de adequação da imagem do rei ao significado fundador do milagre. A mutilação intencional dos capítulos da *Crónica* considerados menos favoráveis ao perfil do monarca é sinal de uma preocupação bem específica, numa época em que nomes cimeiros da erudição nacional, como vimos, emblematizaram Ourique como símbolo das glórias pátrias e, complementarmente, D.João V mantinha a firme intenção de prosseguir o processo de canonização de Afonso Henriques, iniciado no século XVI. O cônego D.João de Santa Maria de Jesus que tem um papel de relevo no prosseguimento do processo no século XVIII, sustenta que muitos daqueles episódios veiculados por Galvão são imposturas que é necessário desmontar⁸⁶. Já Duarte Nunes de Leão, nas *Crónicas dos Reis de Portugal* (1600), dava conta do desajuste entre a memória de um rei que se pretendia santo e “[...] *as calumnias & blasphemias que delle & da Rainha sua mai deixarão em memoria*”, questão que, no seu entender, acima de todas obstava à sua canonização⁸⁷.

É em 1556, no final do reinado de D.João III, que se realiza a primeira tentativa de canonização de Afonso Henriques, levada a cabo pelos cônegos regantes de Santa Cruz de Coimbra, a que D.João III deu, como vimos, um acolhimento favorável e um cunho oficial⁸⁸. No entanto, a morte do soberano faria interromper um projecto cujos impulsioneiros principais eram, sem dúvida, os monges crúzios, em virtude da relação especial entre Santa Cruz e Afonso Henriques e do culto que mantinham pelo primeiro rei⁸⁹.

⁸⁰ José Mattoso, “As três faces...”, cit., pp.40-42. V. também Luís Filipe Lindley Cintra, “A Lenda de Afonso I...”, cit., pp.70-73.

⁸¹ Nota “Ao leitor” de Miguel Lopes Ferreira (1726). Duarte Galvão, *op.cit.*, edição Biblioteca de Clássicos Portuguezes, vol.II, 1906, p.25.

⁸² São os seguintes os capítulos expurgados da edição de 1726: cap.XXI “Do rrecado e embaixada que o Papa mandou per o Bispo de Coymbra a el Rey dom Affonso Hamrriquez sobre a prisam de sua mãy, e o que nisso passou com o Bispo”; cap.XXII “Aqui falla Duarte Galluam, autor, como este feito delRey dom Affonso Hamrriquez e outros semelhantes nos bõos Príncipe deuem ser iullgados”; cap.XXIII “Como o Papa mandou huõ Cardeall a elRey dom Affonso Hamrriquez sobre a prisam de sua mãy, e sobre o Bispo que elle lezera, e do que amtre elles se passou em Coymbra”; cap.XXIV “Como elRey dom Affonso Hamrriquez, sabendo a partida do Cardeall escomdida, cauallgou apos elle, e do que depois dalcamçado com elle passou”. *Crónica de el-rei D.Afonso Henriques*, Lisboa, IN-CM, 1986, pp.79-92.

⁸³ José Mattoso, “As três faces...”, cit., p.42.

⁸⁴ Nomeadamente no capítulo intitulado “Das discordias que se levantarão entre a Rainha Dona Tareja, & seu filho. Da batalha de Guimarães e outros successos” (Livro IX, cap.XV).

⁸⁵ “Licença do Paço” de D.José Barbosa (1726), ed. Biblioteca de Clássicos Portuguezes, 1906, pp.38-39.

⁸⁶ Oficialmente investido no processo de canonização do monarca, o cônego D.João de Santa Maria tinha como objectivo fundamental “*indagar e averiguar tudo quanto ele obrou e desfazer evidentemente as imposturas que se lhe levantaram e podem obstar à sua canonização*”. Essas “imposturas consistiam essencialmente na prisão de sua mãe D.Teresa, no episódio do “bispo negro”, e na existência de filhos bastardos. V. I.F. da Costa Brochado, *op.cit.*, pp.332-335.

⁸⁷ Duarte Nunes de Leão, *Crónicas dos Reis de Portugal reformadas pelo licenciado Duarte Nunes de Leão*, Introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1975, p.97.

⁸⁸ É aliás o monarca que escreve ao Padre Geral de Santa Cruz de Coimbra, a 8 de Julho daquele ano, manifestando um claro interesse em que o processo fosse desencadeado sem demora. BNL, cod.140, “Carta d’ElRey D.João o 3º ao P. Geral de Santa Cruz sobre a vida e milagres d’ElRey D.Afonso Henriques”, fols.73v-74 (cópia). No mesmo códice pode ver-se a resposta dada ao rei (fol.74).

⁸⁹ A relação especial de Afonso Henriques com o Mosteiro de Santa Cruz, que ao longo do seu reinado acumulou de bens e privilégios, é indissociável da figura do seu primeiro prior, D.Teotónio (c.1090-1162), conselheiro e confessor do príncipe. Em 1136 Afonso Henriques é investido solenemente por D.Teotónio na ordem dos cônegos regantes, e diz a tradição que o prior, vivendo em total clausura, só a teria quebrado por três vezes, a primeira das quais para receber Afonso Henriques já rei, após a batalha do Campo de Ourique, episódio representado num painel de azulejos junto ao arco cruzeiro, lado do evangelho, e numa pintura a fresco no torreão esquerdo do Parque de Santa Cruz; no torreão direito encontra-se uma pintura a fresco representando a aparição de Cristo em Ourique (século XVIII). A. da Rocha Brito, *D.Afonso Henriques e S.Teotónio na lenda e na arte de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, 1952.

Uma série de idênticas diligências junto de Roma tiveram lugar nos reinados de D.João IV, imediatamente após a Restauração, de D.João V (1747) e de D.José (1752), que assentariam, de resto, no primitivo processo de 1556⁹⁰.

A *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S.Agostinho* (1668), da autoria de D.Nicolau de Santa Maria, que dá grande relevo às diligências para a canonização, refere com pormenor os depoimentos das duas principais testemunhas que instruíram o processo quinhentista⁹¹. Desses depoimentos podemos destacar algumas qualidades atribuídas ao primeiro rei que justificam, aos olhos dos seus proponentes, o pedido de canonização.

Afonso Henriques é, em primeiro lugar, um *miraculado*. A especial protecção divina de que é objecto, “[...] *como escolhido de Deos*”, revela-se logo à nascença: vindo ao mundo tolhido de ambos os pés, é milagrosamente curado por Nossa Senhora, que “[...] *apareceo a seu Ayo Egas Moniz, e lhe mandou pôr sobre o seu Altar do lugar de Carquere junto ao rio Douro, tres legoas de Lamego, ao mesmo Principe aleijadinho, & que fazendo por elle hũa noite vigia, logo ficaria liure do impedimento, & aleijão dos pès, como succedeo [...]*”⁹².

Esta protecção divina manifestar-se-á ao longo de toda a vida, através de milagres, aparições e prodígios, de que o mais importante e decisivo é o milagre de Ourique⁹³. O próprio rei aparece, depois de morto, em visões essencialmente justiceiras, como é o caso da sua aparição, em sonhos, a D.João I, ordenando-lhe a restituição da quinta da Atamuja aos seus legítimos donos, os cónegos de Santa Cruz. Mas, como fundador da nação e potenciador de um império, aparece também no convento de Santa Cruz de Coimbra, na “*noite em que se filhou Ceita aos Pagãos*”, episódio que, tal como o anterior, D.Nicolau de Santa Maria recolhe na III Parte da *Monarchia Lusitana*.

A III Parte da *Monarchia Lusitana* contribui de forma decisiva para a depuração do perfil de Afonso Henriques, com particular destaque para o último capítulo, intitulado “Em que se faz cõpendio das cousas principaes del rey Dom Afonso Henriques, & se toção algûs indícios de sua santidade, & salvação de sua alma”⁹⁴. Para o retrato do rei concorre, como é evidente, o sublinhar das suas qualidades e virtudes guerreiras, mas não só. Afonso Henriques foi “[...] *não só hum dos inclytos Reys da Christandade em guerra, & paz igualmente clarissimo, mas varão admiravel consumado em todo genero de virtudes*”⁹⁵. Estas virtudes levaram a que fosse considerado pelo cónegos de Santa Cruz (onde tinha ofício próprio⁹⁶) e pelos monges de Alcobaça como *bem-aventurado*, sendo-lhe composta uma comemoração com antífona e oração com que, significativamente, Frei António Brandão encerra a III Parte da *Monarchia Lusitana*.

⁹⁰ V. *supra*, notas 67, 68 e 88.

⁹¹ *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S.Agostinho. Segunda Parte dividida em VI Livros*, Lisboa, Off. de Joam da Costa, 1668. Trata-se dos cónegos D.Manuel Galvão e D.Sebastião Afonso de Azambuja, ambos de Santa Cruz de Coimbra. V. D.Nicolau de Santa Maria, *op.cit.*, Livro XI, pp.510-512.

⁹² *Ibidem*, p.510.

⁹³ Fernando Castelo-Branco, *O lendário de D.Afonso Henriques*, sep. das Actas do Congresso Internacional de Etnografia promovido pela Câmara Municipal de Santo Tirso (10-18 de Julho de 1963), Lisboa, 1965. Neste trabalho dá-se conta de um estudo inédito de Leite de Vasconcelos, intitulado *Lendas pátrias* (1878), dedicado à figura de Afonso Henriques.

⁹⁴ Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, III Parte (1632), Livro XI, cap.XXXIX, fols.267v-270.

⁹⁵ *Ibidem*, fol.269.

⁹⁶ V. *supra*, nota 68.

Finalmente, e voltando à *Chronica* dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Afonso Henriques possui também poderes taumatúrgicos, que se manifestam já após a sua morte. O seu corpo, incorrupto e exalando o odor de santidade, foi objecto, aquando da abertura da sepultura, na presença de D.Manuel, de grandes manifestações de devoção que se traduziram na busca afanosa de relíquias “[...] *do seu corpo, ou do seu vestido, e se não o fecharão logo, todo o levarão [...] & com esta mesma deuaçam trazem muitas pessoas em reliquarios cabellos, & particulas de vestidura do mesmo santo Rey, por cujos merecimentos se vem de Deos socorridos em suas enfermidades*”. Referem-se ainda as virtudes muito particulares de “*hua vestidura do glorioso Rey de olanda branca feita a modo de Roxete, que elle trazia sobre as armas nas batalhas, a qual vestidura leuauão às molheres que estauão mal de parto, & logo erão alumiadas, & parião sem difficuldade*”⁹⁷. Numa outra instância, e em clara articulação com a esperança “messiânica” do regresso de D.Sebastião, surgem histórias de prodígios relacionados com a sepultura de Afonso Henriques, como o episódio das pancadas que se teriam ouvido do interior da sepultura, em 1601, das pancadas no seu escudo, em 1628, ou o aparecimento de cometas premonitórios⁹⁸.

Do milagre de Ourique, e do seu significado de fundação, legitimação pelo sagrado e promessa de um império, não pode, pois, dissociar-se a construção da imagem de Afonso Henriques. Essa imagem é objecto de uma evolução que pretende alcançar uma adequação entre o acto fundador e o seu protagonista.

Em 1854, Francisco Duarte de Almeida e Araújo, modesto homem de letras, publica um conto intitulado *A Batalha de Campo de Ourique*⁹⁹. Ainda não desaparecera o eco da polémica em que Herculano se envolvera a propósito do episódio de Ourique, e neste pequeno texto de estrutura romanesca é possível entrever a identidade de conceitos com todos aqueles que então se manifestaram expressamente contra o historiador¹⁰⁰: a defesa da tradição, sinónimo de patriotismo e fé, traduz uma concepção particular da pátria, da história e de um passado que, potenciando o futuro, nele se projecta, o explica e o promete. Crer em Ourique é, segundo afirma Francisco Araújo, manter “*a esperança da infallibilidade das promessas da profecia que nos deu patria*”¹⁰¹.

Era, ainda, a sobrevivência tardia de uma imagem que, elaborada pela piedade dos monges de Santa Cruz de Coimbra e pelo zelo dos historiógrafos de Alcobaça, e apropriada pela monarquia a partir do século XVI, constituíra durante séculos a representação sagrada das origens.

⁹⁷ D.Nicolau de Santa Maria, *op.cit.*, p.512.

⁹⁸ Pedro Roiz Soares, *Memorial*, leitura e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Coimbra, 1953, p.378-388 e p.504; v. também BNL, cod.551, fol.171.

⁹⁹ Obra publicada na colecção “Livrinhos de Ouro”, dirigida por António Feliciano de Castilho. Sobre o seu autor, v. *Diccionario Bibliographico*, II, p.371 e IX, pp.284-286.

¹⁰⁰ Ana Isabel Buescu, *O milagre de Ourique...*, cit.

¹⁰¹ Francisco Duarte de Almeida e Araújo, *A Batalha do Campo de Ourique*, p.10.